

SUMÁRIO

Apresentação da Coleção	15
-------------------------------	----

CAPÍTULO I - Breve reconstrução histórica da Justiça do Trabalho no Brasil

1. Surgimento	18
2. Previsão constitucional da Justiça do Trabalho.....	21
3. Perspectivas	29
4. Passo a passo da evolução da Justiça do Trabalho e da legislação trabalhista	31
5. Questões de concursos	35

CAPÍTULO II - Atual estrutura jurisdicional da Justiça do Trabalho

1. Tribunal Superior do Trabalho	39
2. Tribunais Regionais do Trabalho	41
3. Varas e Juízes do Trabalho	47
4. Resolução nº 63/2010 do CSJT.....	50
5. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho.....	50
5.1. Secretaria das Varas do Trabalho.....	51
5.2. Diretor de Secretaria	51
5.3. Distribuidor	53
5.4. Secretaria dos Tribunais Regionais.....	53
5.5. Oficial de Justiça	54
5.6. Perito, depositário, administrador e intérprete	55
6. Organograma da Justiça do Trabalho.....	56
7. Questões de concursos	57

CAPÍTULO III - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT

1. Estrutura e funcionamento	61
2. Objetivos	64
3. Resoluções	66

CAPÍTULO IV - Sistemas de Controle Interno da Justiça do Trabalho

1. Conselho Nacional de Justiça.....	69
1.1. Constitucionalidade	70
1.2. Composição	73
1.3. Funções.....	75
1.4. Metas	76
2. Conselho Superior da Justiça do Trabalho	78
2.1. Surgimento e composição	78
2.2. Funções	79
3. Corregedorias.....	84
3.1. Corregedoria Nacional de Justiça	85
3.2. Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho	88

3.3. Corregedorias Regionais.....	91
4. Ouvidorias	91
5. Questões de concursos	94

CAPÍTULO V - Regime Jurídico da Magistratura do Trabalho

1. Fundamentos (infra)constitucionais	99
2. Ingresso na carreira	99
3. Etapas do concurso	101
3.1. Primeira etapa	104
3.2. Segunda etapa	105
3.3. Terceira etapa	106
3.4. Quarta etapa	108
3.5. Quinta etapa	108
3.6. Considerações finais	113
4. Promoções e a Resolução nº 106/2010 do CNJ.....	115
4.1. Critério da qualidade e desempenho.....	120
4.2. Critério da produtividade	120
4.3. Critério da presteza	121
4.4. Critério do aperfeiçoamento técnico	122
4.5. Critério da adequação da conduta ao Código de Ética da Magistratura Nacional	123
4.6. Sistema de avaliação	123
5. Permutas e remoções	124
6. Anexo: Resolução nº 75/2009.....	125

CAPÍTULO VI - Direitos e deveres funcionais do Juiz do Trabalho

1. Independência dos Poderes	149
2. Garantias do Poder Judiciário	150
2.1. Garantias de autonomia orgânico-administrativa	152
2.2. Garantias de autonomia financeira.....	155
3. Garantias funcionais.....	157
3.1. Garantias de independência	157
3.1.1. Vitaliciedade	157
3.1.2. Inamovibilidade.....	159
3.1.3. Irredutibilidade de vencimentos	160
3.2. Garantias de imparcialidade	161
3.2.1. Trabalho voluntário	163
4. Prerrogativas, direitos e deveres (infra)constitucionais	165
5. Simetria Constitucional entre Magistratura e Ministério Público	169
6. Questões de concursos	170

CAPÍTULO VII - Código de Ética da Magistratura Nacional e o Juiz do Trabalho

1. Considerações iniciais.....	173
2. Conceito de Ética	177
3. Comentários ao Código de Ética da Magistratura Nacional.....	179
3.1. Relevância	179
3.2. Os <i>Consideranda</i>	182
3.3. Princípios éticos	184

Sumário

3.3.1. Independência	185
3.3.2. Imparcialidade	186
3.3.3. Transparência.....	187
3.3.4. Integridade profissional e pessoal	188
3.3.5. Diligência e dedicação	190
3.3.6. Cortesia.....	191
3.3.7. Prudência	192
3.3.8. Sigilo profissional	192
3.3.9. Conhecimento e capacitação	192
3.3.10. Dignidade, honra e decoro.....	196
3.4. Disposições finais do Código de Ética	196
3.5. Ética na Magistratura e promoção por merecimento	196
3.6. Os pecados capitais do Juiz do Trabalho.....	198
3.7. Conclusão	199
4. Questão de concurso	199
5. Anexo: Código de Ética da Magistratura Nacional.....	200

CAPÍTULO VIII - Responsabilidade do Juiz do Trabalho

1. Aspectos gerais	207
2. Responsabilidade administrativa e a Resolução nº 135/2010 do CNJ	208
2.1. Considerações iniciais	209
2.2. Penas disciplinares aplicáveis	209
2.3. Investigação preliminar	210
2.4. Processo administrativo disciplinar	211
2.5. Instrução processual	214
2.6. Disposições finais.....	215
2.7. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.638	217
3. Responsabilidade civil	219
4. Responsabilidade criminal.....	220
5. Responsabilidade política	222

CAPÍTULO IX - Competência e o Juiz do Trabalho

1. Definição de competência	223
2. Competência material	225
2.1. Relação de trabalho	227
2.2. Direito de greve	230
2.3. Representação sindical.....	230
2.4. Mandado de segurança, <i>habeas corpus</i> e <i>habeas data</i>	231
2.5. Conflito de Competência	233
2.6. Indenizações por dano moral ou patrimonial	233
2.7. Penalidades administrativas	238
2.8. Contribuições previdenciárias	239
2.9. Outras controvérsias	242
3. Competência funcional	243
3.1. Tribunal Superior do Trabalho	243
3.1.1. Tribunal Pleno.....	244
3.1.2. Órgão Especial.....	244

3.1.3. Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC)	246
3.1.4. Subseções Especializadas em Dissídios Individuais (SBDI)	247
3.1.5. Turmas	248
3.1.6. Disposições gerais	248
3.2. Tribunais Regionais do Trabalho	249
3.3. Varas do Trabalho	250
4. Competência territorial	252
4.1. Local da prestação dos serviços	253
4.2. Empregado Agente ou Viajante Comercial	255
4.3. Empregado brasileiro no exterior	255
4.4. Prestação dos serviços fora do lugar da celebração do contrato	257
5. Modificação de competência	259
6. Conflito de Competência: incidente processual	262
7. Passo a passo da atuação do Juiz do Trabalho nos Conflitos de Competência	264
8. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais aplicáveis	264
9. Questões de concursos	271

CAPÍTULO X - Audiência trabalhista e o Juiz do Trabalho

1. Conceito	277
2. Princípios da audiência trabalhista	278
3. Aspectos gerais	279
4. Partes e Procuradores	282
5. Tipos de audiência	285
5.1. Conciliação	286
5.2. Inicial	288
5.3. Instrução	289
5.4. Julgamento	289
6. Passo a passo do Juiz do Trabalho no procedimento sumaríssimo	290
7. Fluxograma	293
8. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais aplicáveis	294
9. Questões de concurso	294

CAPÍTULO XI - Fase probatória e o Juiz do Trabalho

1. Conceito	297
2. Princípios probatórios	298
3. Objeto e ônus da prova	300
4. Meios de prova	302
4.1. Documentos	303
4.2. Depoimento pessoal	305
4.3. Prova testemunhal	306
4.4. Perícia	310
4.5. Inspeção Judicial	312
5. Passo a passo do Juiz do Trabalho	314
5.1. Exibição de documento ou coisa	314
5.2. Arguição de falsidade	316
6. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais aplicáveis	317
7. Questões de concurso	320

Sumário

CAPÍTULO XII - Procedimentos especiais e o Juiz do Trabalho

1. Inquérito para Apuração de Falta Grave	325
2. Ação de Cumprimento	328
3. Ação de Consignação em Pagamento	331
4. Ação Civil Pública	335
5. Ação Monitória	341
6. Ação de Prestação de Contas	344
7. Interdito Proibitório	346
8. <i>Habeas Corpus</i>	350
9. <i>Habeas Data</i>	353
10. Passo a passo da atuação do Juiz do Trabalho nos procedimentos especiais	357
11. Fluxogramas	362
12. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais aplicáveis	370
13. Questões de concursos	374

CAPÍTULO XIII - Atos processuais do Juiz do Trabalho

1. Despachos	384
2. Decisões interlocutórias	386
3. Sentenças	388
3.1 Relatório	391
3.2 Fundamentação	392
3.3 Dispositivo	394
3.4. Irregularidade da sentença	397
3.4.1. <i>Citra petita</i>	398
3.4.2. <i>Ultra petita</i>	398
3.4.3. <i>Extra petita</i>	399
3.4.4. Princípio da ultrapetição	400
4. Atos processuais eletrônicos – PJe-JT	400
5. Passo a passo do Juiz do Trabalho na prolação da sentença	404
5.1. Estrutura da sentença	407
6. Questões de concursos	434
7. Prova de sentença resolvida	436
Bibliografia	457

